

Elio de Castro Paulino

É ambientalista. Presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Jucu e do Fórum Capixaba de Comitês de Bacias Hidrográficas

/// Se existe vontade política para recuperar o Rio Doce, o trabalho tem que passar pelo fortalecimento dos Comitês das Bacias Hidrográficas

Rio Doce e seu plano

Muita coisa tem sido dita sobre o rompimento da barragem da Samarco em Mariana, Minas Gerais, e os danos causados ao Rio Doce e ao ambiente marinho, na costa do Espírito Santo; inclusive com citação de projetos, planos e propostas de recuperação da bacia hidrográfica e de “personalidades” para comandar o processo.

É preciso dizer que já existe um plano para a recuperação do Rio Doce. Trata-se do Plano Integrado de Recursos Hídricos da Bacia, que foi aprovado em 2011 pelos Comitês de Bacias Hidrográficas dos rios que compõem a bacia do Rio Doce e pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos de Minas Gerais. Portanto, possui plano e comitês para fazer a gestão.

E o que é o Comitê de Bacia Hidrográfica? Organismo criado por lei para fazer a gestão das águas, formado por representantes do poder público, sociedade civil e usuários. A participação e a composição nos comitês são feitas através de eleições, onde cada segmento elege quem os representará nas plenárias.

Mas, talvez o mais importante seja que vários programas desse plano já estão sendo executados com os recursos da cobrança pelo uso da água, que é um dos instrumentos de gestão de recursos hídricos previstos por lei.

Com recursos da cobrança, os Planos Municipais de Saneamento Básico para 156 municípios, de um total de 228, já foram entregues ou estão sendo elaborados. A partir do ano que vem, esta será uma exigência para que os municípios possam pleitear recursos para saneamento. Também estão em execução programas de recuperação de nascentes e topos de morros, de uso racional da água na agricultura, como é o caso do irrigâmetro, entre outros.

As diretrizes e o acompanhamento da execução do Plano da Bacia do rio são estabelecidos pelos comitês que compõem a bacia do Rio Doce. A partir das diretrizes aprovadas pelos comitês, o seu braço administrativo, a Agência de Bacia IBIO AGB DOCE, entidade delegatária, executa os programas estabelecidos.

Para os próximos cinco anos, as prioridades serão as ações hidroambientais de controle de sedimentos e a implantação do programa de recuperação de nascentes, além de investimentos em projetos de saneamento.

Entendemos que, apesar do momento da dupla crise vivida pelo Espírito Santo - a de escassez de água e de contaminação do rio pela lama da barragem de Mariana -, discutir a criação de comitês, planos e fundos para revitalização do Rio Doce sem observar os Comitês de Bacias Hidrográficas e o trabalho que vem sendo desenvolvido ao longo do tempo, parece oportunismo e não contribui para a melhoria da gestão dos recursos hídricos. Se existe vontade política para recuperar o rio, o trabalho tem que passar pelo fortalecimento dos Comitês das Bacias Hidrográficas, em Minas Gerais e no Espírito Santo.